

A EDUCAÇÃO COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ÀS REDES DE ENSINO EM SÃO LUÍS- MA.

Juliana Rodrigues Dias ¹
Brenda Stephanie dos Santos Ferreira ²

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua consiste num grupo populacional composto por pessoas com realidades diversificadas, mas que possuem algumas características em comum: a extrema pobreza e os vínculos familiares rompidos. Dessa forma, esse fenômeno desencadeia o processo de exclusão social dos moradores de rua que refletem na perspectiva de não pertencimento da sociedade na qual os moradores de rua buscam meios alternativos para garantir a sua sobrevivência, pois estes consistem num segmento que não possuem muita visibilidade pelos órgãos públicos.

Esse estudo pretende analisar os programas de acesso da população em situação de rua à rede de ensino que ofertem projetos de inclusão produtiva, capacitação ou preparação profissional, tendo como pressuposto pesquisar sobre as formas e as condições em que são realizadas a inserção desses sujeitos na educação como um direito social. Além disso, a pesquisa pretende abordar também os trabalhadores dos Centro-POPs de São Luís para uma melhor compreensão sobre os processos de efetivação e acesso ao direito da população em situação de rua à educação. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e, posteriormente será realizada uma pesquisa de campo no Centro POP de São Luís-MA.

Sendo assim, a relevância desse estudo é trazer questões que visam à compreensão da realidade, o reconhecimento desse segmento como pessoas portadoras de direitos e identificar os principais programas e projetos para garantir o acesso dessa população à educação, a fim de possibilitar uma reflexão crítica e construtiva acerca das possibilidades de transformação das condições de vida da população em situação de rua através da educação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A base teórica desta pesquisa será constituída por autores que analisam e discutem o fenômeno da população em situação de rua e o acesso as redes de ensino, bem como a sua condição de vida e estratégias de sobrevivência. Para isso, a contribuição desses autores se torna fundamental para compreender as questões centrais do objeto de estudo e alcançar os objetivos desta pesquisa.

A metodologia que será utilizada para desenvolver este artigo, enquanto aos procedimentos consiste na pesquisa bibliográfica com a finalidade de obter o aprofundamento teórico acerca do objeto de estudo. Posteriormente será realizada uma pesquisa de campo com

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - Uema, juju.26rodrigues@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, brendastephanned@gmail.com;

a população em situação de rua e os assistentes sociais que trabalham nos Centro-POPs de São Luís- MA. Para Fonseca (2002) a pesquisa de campo se caracteriza pela coleta de dados junto a um grupo de indivíduos que se utiliza de diversos recursos para atingir determinada finalidade. Nesse caso, será utilizada a pesquisa-ação, pois esta pressupõe a participação planejada do pesquisador no fenômeno estudado.

Em relação à abordagem, terá como pressuposto a pesquisa qualitativa que permitirá o conhecimento da realidade e captar as dinâmicas das relações sociais existentes. De acordo com Minayo (2013) a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, crenças, valores entre outros que corresponde a um espaço mais profundo da pesquisa. Para aperfeiçoar esse processo, será utilizada uma entrevista semiestruturada abordando os principais dilemas a serem estudados neste artigo. Além disso, será realizada a sistematização e análises das informações obtidas nas entrevistas pela transcrição e leitura das falas e depoimentos dos entrevistados em articulação com o levantamento bibliográfico realizado.

DESENVOLVIMENTO

1. EDUCAÇÃO

Segundo Libânio (2006, pag.16) “a educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades.” Isto é, a educação ocupa-se dos aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos inerentes à vida em sociedade.

A educação é um termo que nos instiga por sua diversidade de significados. Se seu significado aproximar-se de *Educario* é direcionado à ação de instrução, formação e transmissão de conhecimentos, enquanto o termo *Educere remete* o ato de educar à extrair ou desenvolver algo novo no indivíduo, dessa forma a prática educativa é uma ferramenta essencial para desenvolver as potencialidades dos indivíduos, caracterizada por buscar atingir uma finalidade, além de ser um instrumento de manutenção ou transformação social.

A educação ocupa-se do desenvolvimento das gerações de uma sociedade, através desta é gerado o processo de perpetuação da cultura. É um fenômeno com dimensão teórica empregado para centralizar os desejos, anseios de um grupo humano que irão orientá-los para o futuro.

A ação educativa ao longo do tempo possui sofrido inúmeras modificações decorrentes do contexto sócio histórico das sociedades, adequando aos anseios delas. Nesse tocante, a educação incorpora um conjunto de características peculiares, os seres humanos se educam para que tenham sua própria visão de mundo e seus sentidos.

Na sociedade contemporânea, a educação é marcada pelo contexto das descobertas, inovações e avanços tanto tecnológicos quanto científicos a fim de aprimorar a sociedade. Diante dessa realidade, a educação condiciona-se pelas profundas transformações dos paradigmas econômicos, sociais, culturais, políticos e produtivos.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece que a educação é um direito de todos, é dever do Estado, é obrigação da família e deve ser fomentada pela sociedade. Outro ponto a considerar, dentre os objetivos da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, preparar a pessoa para o pleno exercício da cidadania e a qualificação da pessoa para o mercado de trabalho.

É válido evidenciar que, a educação enquanto direito de todos aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1934. Nessa perspectiva, na Constituição de 1946, a educação

também é reafirmada como direito de todos: "a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola". Some-se a isto, a Constituição de 1969, o artigo 176 assim se pronuncia sobre a educação como direito de todos:

"A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola". (BRASIL, 1969)

Dentro desta linha, é pertinente expressar o direito de todos os indivíduos à educação, configurando-se como um direito social à educação, possibilitando assim aos cidadãos o gozo da educação como serviço público. Nesse tocante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (LDB/1996):

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (LDB, 1996).

2. O FENÔMENO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

De acordo com os estudos realizados, na atual conjuntura o Brasil se caracteriza pelo forte processo de exclusão social, pois, com a redução de oportunidades de emprego houve um aumento da competitividade e das exigências postas pelo capital. Esses fatores construíram um quadro socioeconômico no país, onde boa parte das pessoas que detém somente a sua força de trabalho não são inseridas no mercado de trabalho e passam a depender do Estado (ARGILES E SILVA, 2011).

Porém, com o avanço da política neoliberal, as políticas públicas implementadas no país têm ações focalizadas e fragmentadas, enfrentando as expressões da questão social como fatos isolados. Dessa forma, as políticas públicas não trazem melhorias, de fato, na condição de vida da população em sua totalidade.

Nesse contexto, as pessoas que não possuem emprego ou a sua renda são insuficientes para garantir a sobrevivência acabam por optar em utilizar recursos disponíveis, legalmente ou não, para obterem o seu sustento. Entretanto, há pessoas que simplesmente “sobram” diante do mercado. Aí está inserida a população em situação de rua, que de acordo com a pesquisa realizada pelo MDS (2011), podem ser definidos como um:

“Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Caracteriza-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória”. (MDS, 2011- REIMPRESSÃO).

São indivíduos que, por alguma circunstância, utilizam o espaço da rua como meio de sobrevivência e/ou habitação. Essas pessoas se encontram em situação de extrema pobreza,

estão inseridas em um mundo social que não é criado ou escolhido por elas (MARTINEZ, 2011).

Dessa forma, a população em situação de rua traz consigo algumas configurações em torno da sua realidade social, bem como as dificuldades apresentadas na vida cotidiana. Os problemas enfrentados por esses sujeitos implicam na violação de alguns direitos fundamentais, tais como o direito de ir e vir na cidade, à integridade física e moral garantida, entre outros.

Segundo Martinez (2011), a partir das relações vivenciadas, a população em situação de rua constrói a sua visão de mundo, sendo a rua, para esse segmento, o lugar onde o verdadeiro funcionamento da sociedade se apresenta. Desse modo, para esses indivíduos a rua se caracteriza por ser um espaço de confronto social, pois demarcam os limites entre a cidadania e a marginalidade.

As análises feitas, a partir das pesquisas bibliográficas, demonstram que há algumas situações próprias de quem vive na rua como, por exemplo, as violências policiais, o preconceito, etc. Com isso, há a criminalização da pobreza, pois são atribuídos a essa população a idéia de fracasso, alcoolismo, indisposição para o trabalho, não sendo reconhecidas como pessoas portadoras de direito (Martinez, 2011).

Dessa forma, é necessária a compreensão da realidade além do que está posto, buscando conhecer a essência e captar os movimentos que geram e sustentam essa situação. É preciso desconstruir alguns estigmas estabelecidos pela sociedade em relação às pessoas que estão na rua, assim como desconstruir a redução da condição de vida desses sujeitos apenas à falta de moradia e/ou emprego (SILVA, 2006).

Diante disso, a população em situação de rua se encontra em uma realidade repleta de repressão e controle social ao mesmo tempo em que o sofrimento dessas pessoas não é reconhecido por boa parte da população. Porém, diante das dificuldades inerentes a população em situação de rua, esses sujeitos buscam estratégias e alternativas para sobreviverem, gerando um ciclo que se cria e recria diariamente, não só como estratégia de sobrevivência, mas também de resistência à própria condição.

Desse modo, apesar das dificuldades enfrentadas tanto pela população em situação de rua quanto pelas instituições voltadas para esse público, é importante comentar que medidas para intervir nessa realidade são realizadas para efetivar o processo de reinserção social desses indivíduos através de uma rede de serviços socioassistenciais que visam atender as principais demandas da população em situação de rua.

Entretanto, atender as demandas dessa população necessita ações que concretizem a garantia dos seus direitos e permitem que as condições mínimas de qualquer ser humano sejam satisfeitas. Embora existam instituições especializadas e uma rede de serviços socioassistenciais para esse segmento, tais ações não possuem o suporte para responder a todas as demandas e ao quantitativo de pessoas que precisam dos serviços. Os serviços direcionados para esse público são ofertados pelo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua- Centro POP- que está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e tem como objetivo a proteção social desses sujeitos para a superação das condições de risco social na qual se encontram.

Desse modo, o Centro POP atua em articulação com as demais políticas públicas e os órgãos competentes para ampliar a rede de serviços socioassistenciais e garantir o acesso à educação e a defesa dos direitos desse segmento. É importante destacar, também, o trabalho

desenvolvido pelos técnicos do Centro POP que atuam em equipe interdisciplinar para a consolidação dos serviços socioassistenciais voltados para a população em situação de rua.

Na atualidade a população em situação de rua assumiu novas configurações devido às transformações ocorridas na sociedade e as formas como as pessoas compreendem esse segmento se expressam através do preconceito e a criminalização da pobreza. Essa compreensão do senso comum dificulta o enfrentamento dessa realidade. Por isso é importante o estudo dessas questões para que, por meio do acesso às informações a população em geral possa contribuir para a transformação da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das reflexões realizadas, percebe-se que atender as demandas dessa população necessita ações que concretizem a garantia do seu direito de inserção à política de educação a fim de promover preparação/capacitação profissional, inclusão produtiva, encaminhamento para postos de trabalho que permitem que as condições mínimas de qualquer ser humano sejam satisfeitas. Embora existam instituições especializadas e uma rede de serviços socioassistenciais para esse segmento, tais ações não possuem o suporte para responder a todas as demandas e ao quantitativo de pessoas que precisam dos serviços oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante compreender que a população em situação de rua não é algo singular da sociedade brasileira, visto que desde a antiguidade são relatados casos desse fenômeno. Porém, morar na rua sempre esteve relacionado ao espaço urbano e as características foram acentuadas a partir do modo de produção capitalista, na qual a riqueza socialmente produzida não é distribuída de forma igualitária.

A atenção dos órgãos públicos para essa categoria é recente e foi consequência direta de lutas e movimentos sociais em busca da garantia dos seus direitos. Entretanto, algumas dessas intervenções não estimulam a percepção dos moradores de rua como cidadãos portadores de direitos, pois as questões materiais, culturais e políticas são negadas em algumas instituições.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas tanto pela população em situação de rua quanto pelas instituições voltadas para esse público, é importante comentar que medidas para intervir nessa realidade são realizadas para efetivar o processo de reinserção social desses indivíduos através de uma rede de serviços socioassistenciais que visam atender as principais demandas da população em situação de rua, dentre elas a necessidade do acesso educacional a fim de viabilizar oportunidades na vida profissional, contribuindo dessa forma a autonomia, integridade e construção de projetos pessoais e sociais da população em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Educação. Centro POP.

REFERÊNCIAS

ARGILES E SILVA, Mariglei dos Santos e Vini Rabassa da. **Assistência Social e População em Situação de Rua.** Artigo apresentado na V Jornada de Internacional de Políticas Públicas- JOINPP, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011.pdf>

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho/** Pedro Fernando Bendassolli; prefácio de Tomaz Wood Jr.- Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2007.

BRASIL. [Constituição (1936)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946.** Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em:

BRASIL. [Constituição (1969)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1969.** Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm . Acesso em:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em:

COSTA, Ana Paula Mota. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, ano Cinco, n. 4, dez. 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LIBÂNEO, José Carlos. **DIDÁTICA.** Cortez Editora. São Paulo, 2006.

MACHADO, Thayse. **População em situação de rua e sociedade: uma relação marcada por preconceito e estigma.** Universidade Federal de Santa Catarina; Trabalho de conclusão de curso disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133048/TCC%20THAYSE%20%20Machado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MARTINEZ, Mariana Medina. A realidade do mundo: uma narrativa sobre a sociedade e a produção da desigualdade. **Campos- Revista de Antropologia Social**, ano 2011. V. 12, n. 2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9ª Edição Ampliada e Aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Moradores de rua.** São Paulo: Polis, 1992.